



Acesso, Permanência e Êxito na Rede Federal de
Educação Profissional, Científica e Tecnológica

FORMAÇÃO

Permanente

Construção do **PIAPE** e dos **PAPes**:
diagnóstico, prioridades e
planejamento

Rede **APE**

O Programa Rede Acesso, Permanência e Êxito (Rede APE) consolidou-se como uma iniciativa estratégica ao produzir diagnósticos nacionais, mapear práticas institucionais e sistematizar dados e evidências sobre ações de acesso, permanência e êxito na RFEPCT. Os estudos realizados no âmbito do Programa Rede APE demonstram que, embora existam experiências exitosas nas instituições, estas ainda se apresentam muitas vezes de forma fragmentada, dependentes de iniciativas isoladas de setores ou profissionais específicos, o que limita sua sustentabilidade e alcance.

Os resultados do diagnóstico e dos diálogos realizados no I Ciclo de Seminários Regionais Rede APE apontam, de maneira recorrente, a centralidade do papel dos gestores, docentes e técnicos administrativos em educação na identificação precoce de fatores que interferem na construção de condições institucionais favoráveis ao acesso, à permanência e ao êxito, bem como na implementação de estratégias institucionais integradas de acompanhamento estudantil. Evidencia-se, assim, que a qualificação dos servidores é condição indispensável para a consolidação de uma política institucional de acesso, permanência e êxito que seja contínua, articulada e orientada por dados.

Diante desse contexto, torna-se estratégica a elaboração de capacitações para servidores da RFEPCT, com foco no fortalecimento de competências técnicas, pedagógicas e institucionais que possibilitem a atuação preventiva frente aos fatores que influenciam a evasão e o desempenho acadêmico. Essa capacitação dialoga diretamente com as diretrizes do Plano Nacional de Acesso, Permanência e Êxito da RFEPCT (PNAPE) e com os achados do Programa Rede APE, ao reconhecer que a promoção do êxito estudantil demanda não apenas ações voltadas aos estudantes, mas também o fortalecimento das capacidades institucionais e dos sujeitos que operam cotidianamente as políticas educacionais.

Sumário

Introdução	04
Finalidades e eixos do PNAPE	05
Fases para Elaboração e Acompanhamento do PIAPE	06
Fase 1	07
Fase 2	09
Fase 3	10
Fase 4	11
Considerações Finais	13

Introdução

Olá colega!

Neste módulo, vamos caminhar juntos por uma etapa importante da implementação do Plano Nacional de Acesso, Permanência e Êxito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (PNAPE): **a construção do Plano Institucional de Acesso, Permanência e Êxito (PIAPE) e dos Planos Locais de Acesso, Permanência e Êxito (PAPEs).**

No módulo anterior, você conheceu os fundamentos da Minuta do PNAPE: seus conceitos, princípios, finalidades, eixos estruturantes e objetivos. **Agora, o convite é colocar essas diretrizes em prática na realidade de cada instituição e de cada unidade da Rede Federal.** Afinal, é no PIAPE e nos PAPEs que os princípios do PNAPE ganham corpo, tradução institucional e capacidade de transformar a realidade vivida por estudantes, professores e ocupantes de cargos da carreira de técnico-administrativos em educação.

Nossa base de trabalho será o **Anexo II da Minuta do PNAPE**, que traz as diretrizes para elaboração do Plano Institucional de Acesso, Permanência e Êxito. Esse anexo estabelece que **o PIAPE é “o principal instrumento de planejamento estratégico das instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPECT) para a promoção do acesso e de trajetórias formativas completas, equitativas e bem-sucedidas de seus estudantes”** (item 1.1), devendo guardar coerência com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e com as demais políticas internas de cada instituição.

Ao longo deste módulo, vamos percorrer as quatro primeiras fases previstas no Anexo II para a **elaboração e o acompanhamento** do PIAPE: **a instituição do CIAPE e dos CLAPes, o diagnóstico quantitativo, o diagnóstico qualitativo e a consolidação do plano.** Vamos também conhecer as diretrizes metodológicas que devem orientar todo esse percurso e os compromissos institucionais que sustentam sua execução. Cada uma dessas fases **exige método, mas também exige algo que não se ensina apenas em normativas: a disposição de escutar, de reconhecer as diferentes vozes da comunidade acadêmica e de construir, coletivamente, um plano que faça sentido para a realidade de cada instituição e de cada unidade da RFEPECT.**

Que tal seguirmos juntos nessa construção?

Finalidades e eixos do PNAPE

Antes de avançarmos para as fases de elaboração do PIAPE, vale retomar brevemente as finalidades e os eixos estruturantes da Minuta do PNAPE, pois é a partir deles que o PIAPE ganha direção e coerência institucional.

O Art. 4º da Minuta do PNAPE estabelece as finalidades que orientam a política, entre as quais se destacam: a ampliação do acesso com qualidade e equidade; a promoção de condições para a permanência e o êxito dos estudantes; o enfrentamento à evasão e à retenção; a integração das políticas institucionais; a tomada de decisão baseada em dados e evidências; a valorização e a formação continuada de professores, ocupantes de cargos da carreira de técnico-administrativos em educação e gestores; o monitoramento dos planos de acesso, permanência e êxito; e o fortalecimento da segurança alimentar e nutricional nas unidades da RFEPCT.

Essas finalidades se organizam em torno de oito eixos estruturantes (Art. 5º), que orientam o planejamento institucional: diagnóstico e monitoramento da trajetória estudantil; acolhimento e apoio à aprendizagem; promoção da saúde mental e do bem-estar; assistência estudantil e garantia de condições materiais e institucionais; formação e valorização dos profissionais da educação; promoção da inclusão, diversidade e equidade; participação estudantil e sentimento de pertencimento; e disseminação de iniciativas inovadoras e inspiradoras.

Ou seja: cada instituição da RFEPCT parte desses eixos e objetivos nacionais, mas tem liberdade, e responsabilidade, para qualificá-los e ampliá-los conforme as especificidades do seu território, do seu público estudantil e da sua trajetória institucional.

É justamente esse movimento, partir das diretrizes nacionais para **construir um plano vivo, contextualizado e próprio de cada instituição**, que vamos aprender a fazer, passo a passo, nas próximas seções.

Fases para Elaboração e Acompanhamento do PIAPE

O Anexo II da Minuta do PNAPE estabelece que a construção do PIAPE deve seguir, obrigatoriamente, cinco fases sequenciais, conduzidas “com ampla participação da comunidade acadêmica e articulação entre as unidades da instituição” (item 3.1): **a instituição do CIAPE e dos CLAPes; o diagnóstico quantitativo; o diagnóstico qualitativo; a consolidação do PIAPE; e o monitoramento e a avaliação das ações.**

Essas fases não são etapas isoladas, cumpridas uma a uma e depois esquecidas.

Elas formam um ciclo contínuo, em que cada etapa alimenta a seguinte e é retomada nas revisões do plano. A instituição das instâncias colegiadas garante a governança do processo; os diagnósticos quantitativo e qualitativo fornecem a base para a tomada de decisões; a consolidação transforma essas informações em metas, indicadores e ações; e o monitoramento assegura que o plano seja continuamente acompanhado e aperfeiçoado.



Neste módulo, vamos nos dedicar às quatro primeiras fases, que correspondem exatamente ao momento em que sua instituição está construindo, ou revisando, o seu PIAPE e os PAPes de suas unidades. Vamos a elas.

Fase 1

Instituição do CIAPE e dos CLAPes



A primeira fase da construção do PIAPE consiste na constituição formal das instâncias responsáveis por conduzir, de forma colegiada e participativa, a elaboração, o monitoramento e a avaliação das ações de acesso, permanência e êxito.

O PNAPE prevê a criação de duas instâncias complementares. Em nível institucional, cada instituição da RFEPCT deve instituir, por ato oficial de sua instância colegiada máxima, o **Comitê Institucional de Acesso, Permanência e Êxito (CIAPE)**, responsável pela coordenação da construção, do monitoramento e da avaliação do PIAPE, além da articulação com os comitês locais. Em nível de unidade, cada campus deve constituir, por ato oficial de seu dirigente máximo, o **Comitê Local de Acesso, Permanência e Êxito (CLAPE)**, responsável pela condução do Plano Local de Acesso, Permanência e Êxito (PAPE).

Um aspecto central desta fase é que o acesso, a permanência e o êxito não são responsabilidade exclusiva dos setores de ensino. O próprio PNAPE deixa isso evidente ao definir a composição dessas instâncias.

3.1.1.1.1. O CIAPE deverá ser composto por servidores representantes das áreas de ensino, pesquisa, extensão, administração, desenvolvimento institucional, assistência estudantil, inclusão, avaliação institucional, comunicação e gestão de pessoas, além de representação estudantil, garantindo a presença de representantes de diferentes áreas, cargos e territórios de atuação da instituição.

3.1.1.1.2. O CIAPE tem caráter propositivo, consultivo e articulador, no âmbito da instituição, e é responsável pela coordenação geral da construção do Plano Institucional de Acesso, Permanência e Êxito (PIAPE), pelo seu monitoramento e por sua avaliação, bem como pela articulação com os Comitês Locais de Acesso, Permanência e Êxito (CLAPes).

3.1.1.2.1. O CLAPE deverá ser composto por servidores representantes das áreas de ensino, pesquisa, extensão, administração, assistência estudantil, inclusão, avaliação institucional, comunicação e gestão de pessoas, além de representação estudantil, garantindo a presença de representantes de diferentes áreas e cargos.

3.1.1.2.2. O CLAPE tem caráter propositivo, consultivo e articulador, no âmbito da unidade, e é responsável pela coordenação geral da construção do Plano Local de Acesso, Permanência e Êxito (PAPE), bem como pelo seu monitoramento e por sua avaliação.

Fase 1

Instituição do CIAPE e dos CLASPEs



Essa composição plural não é um detalhe burocrático: ela traduz, na prática, o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (Art. 3º, V) e o reconhecimento de que trajetórias estudantis completas dependem da atuação articulada de toda a instituição, da biblioteca à assistência estudantil, da pesquisa à comunicação institucional, da gestão de pessoas aos núcleos inclusivos.

Outro aspecto fundamental é a participação estudantil. O Anexo II estabelece que essas instâncias devem reunir representantes de diferentes segmentos da comunidade acadêmica, incluindo docentes, ocupantes de cargos da carreira de técnico-administrativos em educação, estudantes e grupos historicamente minorizados, garantindo uma composição plural e representativa (item 3.1.1.3). Essa diretriz está alinhada ao princípio da gestão democrática e da corresponsabilidade (Art. 3º, VI) e ao eixo de participação estudantil e sentimento de pertencimento (Art. 5º, VII), reconhecendo o protagonismo discente como elemento essencial na construção das políticas institucionais.

Na prática, isso significa garantir que a voz estudantil esteja presente desde o primeiro momento: na definição da composição do comitê, nas discussões sobre prioridades, nos diagnósticos, nas decisões sobre metas e ações. Não se trata de convidar estudantes para “referendar” decisões já tomadas, mas de construir, com eles, o desenho do próprio plano.

As Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais (ETVs) merecem atenção especial. Em razão de sua estrutura institucional, sugere-se que instituem apenas o CIAPE e elaborem um único PIAPE, dispensando a criação de CLAPes e PAPes. Recomenda-se, ainda, que o CIAPE conte com representantes da Reitoria, especialmente da assistência estudantil, de modo a fortalecer a articulação entre as políticas de acesso, permanência e êxito da ETV e as políticas institucionais da universidade.

O CIAPE e os CLAPes têm caráter propositivo, consultivo e articulador. Isso significa que sua força não vem de um poder hierárquico, mas da capacidade de dialogar, propor e articular diferentes setores e vozes em torno de um objetivo comum. É essa instância, plural, representativa e comprometida, que vai conduzir, nas próximas fases, o diagnóstico, a definição de prioridades e a consolidação do PIAPE e dos PAPes de cada unidade da RFEPCT.

Fase 2

Diagnóstico Quantitativo

Com o CIAPE e os CLAPEs instituídos, a instituição está pronta para dar o próximo passo: conhecer, com base em dados, a realidade que se pretende transformar. É disso que trata o diagnóstico quantitativo, a segunda fase da construção do PIAPE.

O Anexo II define essa fase como a coleta, **análise e sistematização de dados sobre o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes**, por meio de um diagnóstico institucional integrado (item 3.1.2.1). Esse diagnóstico deve contemplar, no mínimo, três dimensões: o perfil socioeconômico regional e estadual; o perfil e as trajetórias dos estudantes, incluindo matrículas, evasão, rendimento, conclusão e vagas ociosas; e a execução da Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), utilizando dados da Plataforma Nilo Peçanha (PNP), do IBGE, dos sistemas acadêmicos e da assistência estudantil.

O diagnóstico não pode ser genérico. O PNAPE orienta que a análise considere recortes territoriais, étnico-raciais, de origem escolar, gênero, deficiência, condições socioeconômicas, aspectos biopsicossociais e outras vulnerabilidades. Essa abordagem permite identificar desigualdades e orientar ações alinhadas ao princípio da equidade (Art. 3º, II) e ao compromisso de atenção prioritária aos grupos que historicamente enfrentam barreiras estruturais.

O Anexo II recomenda que o diagnóstico utilize diferentes fontes de informação, como a Plataforma Nilo Peçanha (PNP), os sistemas acadêmicos, os dados da assistência estudantil e outros indicadores institucionais de acesso, permanência e êxito (item 3.1.2.3). O cruzamento dessas informações permite um diagnóstico mais completo da realidade institucional, considerando também as especificidades territoriais e regionais.

Fase 3

Diagnóstico Qualitativo



Se o diagnóstico quantitativo revela padrões e tendências, **o qualitativo busca compreender o que os dados, por si só, não conseguem expressar.** É nessa fase que a instituição promove a escuta da comunidade acadêmica, especialmente dos estudantes, para compreender suas vivências e percepções.

O Anexo II descreve essa fase como o momento **“centrado na escuta da comunidade acadêmica por meio de metodologias participativas”**, voltado a “identificar percepções e fatores subjetivos que influenciam no acesso, na permanência e no êxito, incluindo acolhimento, pertencimento, saúde mental, inclusão e mediação pedagógica” (item 3.1.3.1).

Essa é uma etapa que exige, além de método, sensibilidade.

Uma taxa de evasão pode ser identificada em um relatório, mas compreender os fatores que levaram o estudante a interromper sua trajetória exige escuta qualificada. Essa compreensão fortalece o princípio da formação integral do estudante (Art. 3º, IV) e dialoga com o eixo de promoção da saúde mental e do bem-estar (Art. 5º, III), ao reconhecer que o sofrimento psíquico e social está relacionado a múltiplos fatores institucionais, pedagógicos, materiais e simbólicos.

Para conduzir essa escuta, a Minuta do PNAPE **recomenda diferentes estratégias**, como formulários, rodas de conversa, grupos focais e oficinas conduzidas pelos CLAPes, conforme a realidade de cada instituição (item 3.1.3.3). A combinação dessas estratégias favorece a participação de diferentes perfis de estudantes e torna o diagnóstico mais representativo.

Segundo o Anexo II, esta fase tem como objetivo compreender, por meio da escuta ativa da comunidade acadêmica, as vivências, os desafios e as sugestões relacionados às políticas de acesso, permanência e êxito, complementando o diagnóstico quantitativo e fortalecendo o planejamento institucional. Trata-se de uma etapa essencial para que o PIAPE seja construído com base na realidade vivenciada pela comunidade acadêmica, e não apenas em dados numéricos.

Com os dois diagnósticos em mãos, a instituição está pronta para o passo seguinte: transformar tudo o que foi levantado em um plano concreto, com metas, indicadores e ações.

É disso que trata a próxima fase.

Fase 4

Consolidação do PIAPE

Chegamos à fase em que os **diagnósticos se transformam em plano**. Com base nos diagnósticos quantitativo e qualitativo, o CIAPE estrutura o PIAPE, documento que orientará as ações institucionais de acesso, permanência e êxito nos próximos anos.

O Anexo II estabelece que, nesta fase, o CIAPE deve elaborar o PIAPE, contendo metas, indicadores e ações articulados ao PNAPE, ao PDI e às demais políticas educacionais (item 3.1.4.1). A versão final deve ser validada pelas instâncias colegiadas e publicada no portal institucional, reforçando os princípios da transparência e da ética pública (Art. 3º, IX) e o compromisso institucional com sua implementação.

Outro aspecto importante é a relação entre o PIAPE e os PAPes. O Anexo II estabelece que “o PIAPE deve ser composto por ações institucionais e locais, essas últimas específicas para as unidades, conforme cada um de seus PAPes, conferindo especial atenção aos grupos socioeconomicamente vulneráveis com o objetivo de reduzir as desigualdades educacionais” (item 3.1.4.1). Assim, o PIAPE articula uma identidade institucional comum, respeitando as especificidades de cada unidade.

Esse equilíbrio entre unidade institucional e respeito às especificidades locais está no centro da própria concepção da Rede Federal. Instituições multicampi convivem com realidades distintas entre suas unidades, **e um bom PIAPE deve reconhecer essas diferenças e articulá-las, garantindo que cada PAPE traduza as diretrizes institucionais e nacionais à realidade de seu campus.**

O objetivo desta fase, é “**elaborar um plano institucional integrado, representativo e contextualizado**” (item 3.1.4.2). Vale lembrar, ainda, que o PIAPE deve manter estreita coerência com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), conforme determina o Art. 7º, para que ambas as políticas atuem de forma integrada e complementar.

Consolidar o PIAPE é, portanto, reunir os diagnósticos, as prioridades e as contribuições da comunidade acadêmica em um plano único, coerente e representativo, capaz de orientar, nos próximos anos, o compromisso institucional com o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes da Rede Federal.

Fase 4

Consolidação do PIAPE

COMPROMISSOS INSTITUCIONAIS

O Anexo II da Minuta do PNAPÉ estabelece compromissos institucionais, com responsáveis e prazos definidos, para orientar a implementação do PIAPE. A tabela a seguir sintetiza esses compromissos e serve como referência para o **planejamento e o acompanhamento do processo**.

Nº	Compromisso Institucional	Responsável Principal	Prazo
1	Instituir formalmente o CIAPE e os CLAPes, por meio de ato	Reitoria / Direção-Geral	90 dias após publicação do PNAPÉ
2	Elaborar e publicar o PIAPE	CIAPE + Equipe Técnica	1 ano após a publicação do PNAPÉ
3	Elaborar os PAPes em todas as unidades da instituição	CLAPes	Paralelamente à construção do PIAPE
4	Publicar o PIAPE e os PAPes nos sites institucionais	Comunicação Institucional	15 dias após aprovação institucional
5	Garantir a articulação entre o PIAPE e o Plano de	CIAPE + Comissão do PDI	Durante a construção e revisões, tanto do PIAPE quanto
6	Assegurar participação da comunidade acadêmica nos	CIAPE + CLAPes	Contínuo durante todas as fases
7	Integrar o PIAPE às políticas de ensino, pesquisa, extensão,	CIAPE + Pró-Reitorias	Durante a elaboração e execução
8	Monitorar e avaliar periodicamente a execução do	CIAPE + CLAPes	Avaliação semestral ou anual
9	Publicar relatórios de acompanhamento no portal	CIAPE + Setor de Avaliação	Anual
10	Atualizar o PIAPE em consonância com as eventuais	CIAPE + Reitoria	90 dias após reedição do PNAPÉ
11	Atualizar o PDI em consonância com as eventuais reedições do	Comissão do PDI + Reitoria	90 dias após reedição do PNAPÉ
12	Enviar relatórios ou versões atualizadas à Setec/MEC e ao	Reitoria / CIAPE	Conforme solicitação da Setec/MEC e/ou do CAPE



Considerações Finais

Chegamos ao fim deste módulo, mas apenas ao início de um trabalho que vai se desdobrar na vida da sua instituição. Construir o PIAPE, com base em diagnósticos consistentes, prioridades bem definidas e ampla participação da comunidade acadêmica, não é uma tarefa burocrática a ser cumprida e arquivada, mas **um compromisso vivo com a trajetória de cada estudante da Rede Federal.**

O caminho que percorremos aqui é exatamente o que transforma os princípios do PNAPE em prática cotidiana nas unidades, nas salas de aula, nos corredores e em cada espaço de convivência da RFEPCT. É um trabalho que exige tempo, escuta e colaboração, mas que carrega um potencial imenso de transformação: o de tornar o acesso mais justo, a permanência mais qualificada e o êxito mais alcançável para todos os estudantes, especialmente para aqueles que historicamente enfrentaram mais barreiras.

Por isso, valorize cada etapa desse processo em sua instituição. O CIAPE que você ajuda a compor, os dados que você ajuda a levantar, as escutas que você ajuda a promover e o plano que você ajuda a consolidar são parte de um movimento maior, que conecta sua unidade a toda a Rede Federal na construção de uma educação profissional, científica e tecnológica mais equitativa, inclusiva e transformadora.

Siga em frente: esse trabalho importa, e muito!